



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DEPARTAMENTO DE PESQUISA - DPE

Presidente do IBGE
Fernando Collor de Mello

Ministro de Economia, Fazenda e Planejamento
Maurício Mattoso Moraes

TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

PESQUISA INDUSTRIAL

Coordenador Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

DIRETOR TÉCNICO SETORIAL
GILBERTO DE S. LOPES

Coordenador de Pesquisa Industrial
Mário Pereira de Mello

Coordenador de Informação
Nélio Duarte da Costa Gittencourt

ANÁLISE CONJUNTURAL
E

PESQUISA INDUSTRIAL

NÚMERO 60

JANEIRO DE 1992

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento
Marcílio Marques Moreira

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

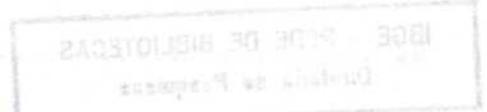
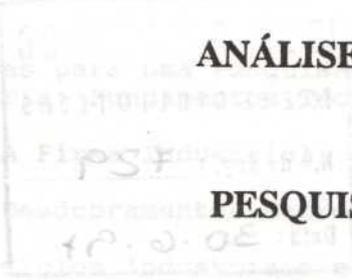
Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra



ANÁLISE CONJUNTURAL

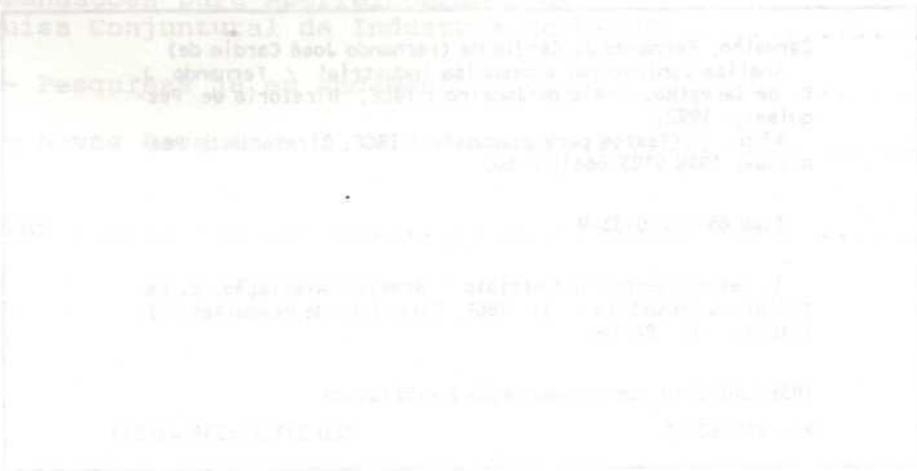
E

PESQUISA INDUSTRIAL



FERNANDO J. C. DE CARVALHO

Economista, professor do Instituto de
Economia Industrial / UFRJ e da
Universidade Federal Fluminense



RIO DE JANEIRO

1992

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

GE 115564

IBGE

311.21:338.45(81)

C331a

Soc/set

DIRETOR DE PESQUISAS

LENILDO FERNANDES SILVA

DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

N.º de reg. ec. 1

Data: 11-8-92

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA
CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ
CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO
PAULO GONZAGA CARVALHO
CHEFE DA DIVISÃO DE PESQUISAS
EDNÉIA MACHADO ANDRADE

IBGE - 000700000
REDE DE BIBLIOTECAS
N.º de Reg.: 729
Data: 30.6.92

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS
Diretoria de Pesquisas

© 1990, 91, 92

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas.
(NDI/DPE)

Carvalho, Fernando J. Cardim de (Fernando José Cardim de)
Análise conjuntural e pesquisa industrial / Fernando J. C. de Carvalho. — Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1992.
43 p. — (Textos para discussão / IBGE, Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661; n.60)

ISBN 85-240-0433-9

1. Levantamentos industriais — Brasil — Avaliação. 2. Estatística industrial. I. IBGE. Diretoria de Pesquisas. II. Título. III. Série.

IBGE.CDDI.Dep. de Documentação e Biblioteca

RJ-IBGE/92-10

CDU 311.21:338.45(81)

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas -
Rua Visconde de Niterói, 1. 246, Bloco B, sala 1.211-B, Mangueira
Telefone: (021) 284-8938 / 284-3322 - ramal 303

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO	5
1 - Introdução	9
2 - O Conceito de Conjuntura	12
3 - Conjuntura e Ciclo	16
4 - Questões para uma Pesquisa Conjuntural da Indústria: Fundamentos Técnicos	18
4.1 - A Firma Industrial	19
4.2 - Desdobramentos Macroeconômicos	24
4.3 - Ciclos Industriais e Acompanhamento Conjuntural	25
5 - Características da Informação Conjuntural	28
6 - Três Experiências de Inquéritos Conjunturais	31
6.1 - Estados Unidos	31
6.2 - Canadá	32
6.3 - França	33
7 - As Pesquisas Industriais Mensais do DEIND/IBGE	33
8 - Recomendações para Aperfeiçoamento da Pesquisa Conjuntural da Indústria do DEIND	37
8.1 - Pesquisas já em Andamento	37
8.2 - Novas Pesquisas	39
REFERÊNCIAS	42

APRESENTAÇÃO

A avaliação da eficácia de uma informação tem de partir de uma definição apropriada e precisa, conceptualmente, do processo de recursos da operação, ou seja do movimento, se procura apreender. Uma parte da informação é necessariamente uma abstração, constituída a partir de uma tentativa de seleção das qualidades essenciais de um objecto concreto. O trabalho incluído neste Texto para Discussão de autoria do Dr. Fernando Cardim de Carvalho foi escrito como relatório final da consultoria prestada ao Departamento de Indústria em 1991. Consta deste relatório propostas de variáveis a serem pesquisadas em inquéritos de conjuntura.

Durante o período da consultoria foram realizadas diversas reuniões com as gerências da Divisão de Planejamento que forneceram informações que subsidiaram a elaboração deste texto. Assim, as sugestões do consultor tomam por base as pesquisas correntes do Departamento, visando aperfeiçoá-las.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

JANEIRO/1992

1 - INTRODUÇÃO

A avaliação da eficácia de uma informação tem de partir de uma definição apropriada e precisa, conceitualmente, do processo cujas regras de operação, ou leis de movimento, se procura apreender. Uma peça de informação é necessariamente uma abstração, construída a partir de uma tentativa de seleção daqueles aspectos de um objeto concreto que se julgue significativos para desvendar a natureza do objeto original. Naturalmente, a realidade não discrimina, por si, quais fatores são essenciais à definição de um objeto e quais são secundários. Esta discriminação é teórica, resultado de uma especulação intelectual que pretende sugerir uma ordenação, uma relação de hierarquia entre os múltiplos aspectos do objeto estudado. O conhecimento não é uma apreensão direta do ambiente mas uma elaboração intelectual, uma reconstrução idealizada do objeto que permite a formulação de hipóteses a respeito de sua natureza.

Uma atividade de pesquisa, destinada a elucidar a natureza de um objeto qualquer, portanto, não pode, almejar seja a compreensão "total" do objeto, o que é uma impossibilidade teórica, senão mesmo uma contradição em termos, ou a descrição completa deste objeto, pois esta não se confunde com o processo de compreensão de sua natureza. Entender um objeto é permitir-se separar o essencial do contingente, é, portanto, poder discriminar entre a informação e o ruído, o permanente do passageiro.

A avaliação da atividade de pesquisa industrial realizada pelo Departamento de Indústria do IBGE passa, assim, pela identificação prévia das questões a que cada uma das pesquisas se destina a responder. Assim, é preciso abandonar, liminarmente, a ambição de se proceder a uma descrição exaustiva da atividade industrial, em favor de uma compreensão desta mesma atividade. A descrição exaustiva se mede pelo número de variáveis que se tenta captar. A compreensão é buscada através da seleção dos processos e estados essenciais para a caracterização da atividade industrial. A compreensão é obtida através da formulação de "teorias", isto é, de critérios de exclusão de variáveis cuja relevância seja proposta como secundária. Isto, naturalmente, é uma atividade intelectual, uma idealização, pois objetos concretos só existem enquanto a realização singular de todas as suas características, sem exceção. Por isto, objetos concretos só podem ser descritos, mas não podem ser entendidos.

Pesquisas científicas, na sua acepção mais geral, isto é, aquelas destinadas a permitir o conhecimento de um objeto, devem almejar a compreensão e não a descrição. Estas pesquisas são realizadas para que, através do conhecimento que oferecem de um objeto, se possa inclusive intervir sobre ele, como ocorre quando agentes privados se baseiam nas informações do IBGE para formular suas estratégias ou quando o governo as utiliza para a formulação de políticas. A pesquisa "completa" no sentido descritivo é mais do que uma quimera, é uma inutilidade porque a probabilidade de repetição de qualquer configuração singular é sempre zero.

A discussão precedente, ainda que ligeira, é importante em vista da frequência com que se encontra a idéia de que a qualidade de uma pesquisa depende do número de quesitos que ela investiga, tendendo a sobrecarregar cada inquérito com elementos que não apenas lhe são estranhos como, na verdade, podem acabar por prejudicar a qualidade da informação efetivamente relativa.

O desenho de uma pesquisa eficaz passa pela resposta a duas ordens de questões:

1. quais os processos ou estados que definem a atividade a ser investigada;
2. qual o grau desejado de precisão e agilidade no processamento e divulgação dos resultados.

A primeira questão coloca a necessidade de que a pesquisa seja planejada de acordo com uma "teoria" cujo papel é discriminar e ordenar os processos sobre os quais se definirão as variáveis a serem investigadas. A relevância desta escolha já foi suficientemente justificada acima. É importante considerar, no entanto, dois aspectos adicionais. Em primeiro lugar, se, por um lado, é preciso evitar a tendência a "mensuração sem teoria" que implica, na melhor das hipóteses, em desperdício de recursos, é também conveniente que a "teoria" a orientar a concepção da pesquisa seja suficientemente flexível ou geral para acomodar a maior variedade possível de proposições teóricas específicas. Especialmente no que se refere a inquéritos por parte de instituições públicas como o IBGE, apto a mobilizar continuamente recursos muito além do alcance de pesquisadores individuais ou de grupos restritos de investigadores, deve-se almejar a produção de informação coerente, mas suficientemente variada, para que processos alternativos possam ter sua validade testada por estes dados. Neste sentido, por exemplo, pode-se postular certos princípios teóricos a respeito da firma industrial como objeto de investigação sem que necessariamente se tenha que restringir as variáveis preconizadas por uma concepção mais restrita desta firma. Mais concretamente, pode-se tomá-la como sendo essencialmente um centro de decisão sobre a alocação e a acumulação de recursos sem que, se tenha que assumir um único móvel ou uma única forma de concretização de estratégias.

Em segundo lugar, é preciso atentar-se também que frequentemente as variáveis sobre as quais a investigação quantitativa é possível raramente correspondem exatamente aquelas que teoricamente são mais significativas. Um caso extremo refere-se a valores de expectativas. Teorias da firma que privilegiem sua natureza especulativa, em que planos são feitos com base na possível ocorrência de determinados estados futuros nos mercados propõem como um elo essencial da dinâmica microeconômica, tanto quanto da macroeconômica, a formação de expectativas. No entanto, esta é uma variável cuja pesquisa direta esbarraria em dificuldades de diversas ordens (veja-se seções 3 e 4, abaixo). Outro exemplo importante é a variável "lucro", de grande relevância para a análise conjuntural. O conceito teórico de lucro não encontra correspondente preciso nas definições contábeis de lucro, que seriam as pesquisáveis com maior objetividade e garantia de homogeneidade entre as unidades pesquisadas. Nestes casos, aos quais poderiam ser adicionados o acompanhamento de investimentos, de

acumulação de estoques, etc., a formação a ser obtida é selecionada através de um julgamento adicional sobre sua proximidade com o conceito ideal, introduzindo, porém, um elemento de incerteza a respeito de sua efetiva adequação.

A segunda questão relevante no desenho e avaliação de uma pesquisa refere-se ao grau de precisão e agilidade adequados. Certamente não é supérfluo acentuar que não existem padrões absolutos de precisão. Toda observação, mesmo em condições favoráveis, está sujeita a erros de várias naturezas. Como apontado por Morgenstern em seu clássico estudo sobre a precisão na investigação econômica (Morgenstern, 1963), há pelo menos cinco fontes de erro que devem ser considerados em pesquisas empíricas em economia:

- i) grande parte das informações coletadas, como observado no parágrafo anterior, não são geradas por procedimentos cientificamente especificados ou controlados, mas são subprodutos de outras atividades, como, por exemplo, a preparação de dados para reportar ao Fisco;
- ii) com frequência, pode ser do interesse do informante ocultar alguma informação ou mesmo mentir;
- iii) a observação é intermediada por agente de coleta cujo treinamento pode ser deficiente, em contraste com a pesquisa em ciências naturais onde a observação é feita diretamente pelo pesquisador;
- iv) os questionários utilizados podem conter questões difíceis, ambíguas ou em número excessivo, podendo confundir o informante;
- v) podem haver problemas de classificação em que o informante se baseie em sistemas diversos daquele previsto na pesquisa.

Estas dificuldades podem ser conscientemente minimizadas, com maior ou menor dificuldade, mas dificilmente poderiam ser totalmente eliminadas. Por esta razão, a pesquisa empírica em ciências sociais sempre padecerá de algum grau de imprecisão. Isto, em si, só é um problema mais sério pela dificuldade em quantificar o próprio erro de modo a permitir ao usuário da informação proceder as qualificações que forem convenientes. Este é o procedimento em ciências naturais onde o erro também não pode ser eliminado inteiramente.

Nesta discussão introdutória, o primeiro ensinamento a ser retirado, de qualquer forma, é a inutilidade (para Morgenstern, mais do que inútil é realmente perigoso) do investimento de esforços na produção de informações em grau de precisão não apenas inatingível como, também, desnecessário. Isto porque, na ausência de padrões absolutos de precisão, o grau de definição em que uma variável deve ser conhecida e apresentada depende do problema que se estiver analisando. Em particular, é preciso reconhecer a existência de um "trade-off" entre precisão e agilidade, isto é, o tempo transcorrido entre a observação e a divulgação da informação. Na análise de conjuntura, ligada como é a tomada de decisões em horizontes relativamente curtos,

a escolha claramente pende para a agilidade. Em outros termos, deve-se tentar maximizar o grau de precisão possível de ser obtido nestas pesquisas sujeito ao grau de agilidade que dá sentido e utilidade a própria pesquisa conjuntural. Seria certamente um equívoco importante proceder ao inverso, tentando alcançar a maior agilidade possível sujeita a um padrão prévio de precisão, especialmente se este padrão de precisão é estabelecido abstratamente, sem a devida reflexão seja sobre sua necessidade, seja sobre sua adequação.

No que se segue, tentar-se-á dar conteúdo a estes princípios com vistas ao exame em profundidade da pesquisa industrial mensal, do ponto de vista de sua utilização em análise conjuntural. Na seção seguinte tentaremos precisar o conceito mesmo de conjuntura, de modo a delimitar os horizontes de uma pesquisa destinada a servir de apoio para a análise conjuntural. Na seção 3, a relação entre a noção e conjuntura e o conceito de ciclo, que é proposto como uma forma específica de movimento da economia, caracterizado seja pela ordenação de fases, seja pela recorrência é examinada. A seção 4 identifica e discute os principais ciclos a serem acompanhados por uma pesquisa conjuntural da indústria, a níveis micro e macroeconômico. Na seção 5 examina-se as características fundamentais da informação conjuntural. A seção 6 expõe a disponibilidade de informação conjuntural em três países, os Estados Unidos, a França e o Canadá. Na seção 7 será procedida a avaliação da pesquisa industrial mensal do DEIND/IBGE à luz da discussão precedente. Finalmente, a seção 8 apresentará sugestões para o aperfeiçoamento desta pesquisa para a análise conjuntural.

2 - O CONCEITO DE CONJUNTURA

A despeito da frequência com que é utilizado, o termo "conjuntura" raramente tem seu campo de aplicação definido com rigor. Normalmente, esta noção é suposta se aplicar a um determinado horizonte, também vagamente qualificado de "curto prazo", cujo sentido seria captado intuitivamente pelos interlocutores. Para a discussão que se segue, é necessário precisar com mais rigor o conceito de conjuntura a fim de estabelecer as fronteiras do objeto a ser pesquisado e, assim, identificar as questões a cujo esclarecimento uma pesquisa conjuntural deve se destinar.

Tradicionalmente, estuda-se, em economia, estados ou processos. Estados referem-se a trajetórias destas variáveis, a uma sucessão datada de valores. Também tradicionalmente, a teoria econômica tem se dedicado com mais frequência ao estudo de estados do que de processos. Isto se dá porque a atividade econômica é uma atividade social, onde interagem diversas classes de agentes, movidas por motivações e restrições específicas. A descrição mesmo teórica destas interações é tarefa extremamente complexa mesmo se confinada a um ponto arbitrário do tempo. Por esta razão, a teoria econômica tendeu a concentrar-se não apenas sobre o estudo de estados, mas, na verdade, de um subgrupo dos estados possíveis, associado à noção de "equilíbrio".

Estados de equilíbrio seriam aqueles que não apresentam tendências endógenas a mudança. Isto poderia se dar porque os agentes tivessem atingido estados de coordenação perfeita entre seus planos e o meio ambiente, que é a noção utilizada nos chamados modelos de equilíbrio geral, ou porque os agentes não pudessem perceber formas de mudança do "status quo", como na noção de equilíbrio com desemprego keynesiana. Esta segunda noção é absorvida pela teoria econômica convencional com esforço. Em geral, ela é mesmo desprezada ou relegada a casos patológicos de desequilíbrios persistentes. A força da noção de equilíbrio está na sua identificação frequente, mas, a rigor extrínseca ao conceito, com estados terminais ideais, situações a que tenderiam os movimentos observados numa economia.

A relação entre estados e processos é, na verdade, um dos temas mais complexos em teoria econômica. Primeiramente, como apontado no parágrafo anterior, porque a identificação entre estados de coordenação perfeita e terminalidade não é tranquila. É possível identificar-se estados "terminais" múltiplos, nos quais os agentes estão insatisfeitos e dispostos a mudanças se tivessem a informação ou os meios pelos quais promover alterações. Em segundo lugar, a suposição de que processos levem a estados determinados depende das condições em que os próprios processos se desenvolvam. É extremamente difícil provar a convergência de processos para estados determinados. Assimetrias, irreversibilidades, diferentes ritmos de percepção e correção de rumo entre classes de agentes, tudo isto concorre para tornar indeterminado o resultado específico de um dado processo.

Primitivamente, associou-se a idéia de conjuntura a estes processos de mudança, reservando-se a análise estrutural para estados de equilíbrio. Conjuntural seria o passageiro, enquanto a permanência seria característica da estrutura, já que ela corresponderia à situação em que os planos dos agentes estão coordenados entre si e são factíveis em relação ao ambiente. Processos conjunturais descreveriam movimentos de gravitação em torno a (ou de convergência em direção a) estados de equilíbrio persistentes, que refletiriam os determinados sistemáticos, duradouros, e por isto mesmo "estruturais", da economia.

Esta dicotomia entre estrutura e conjuntura embute algumas dificuldades importantes. A primeira delas é a de que ela admite dois conceitos de conjuntura profundamente diversos, que conduzem a posturas analíticas bastante distintas. Se a conjuntura é a gravitação em torno do equilíbrio estrutural, ela é um movimento ordenado em que todos os valores assumidos pelas variáveis são teoricamente previsíveis. Um exemplo desta construção é o modelo kaleckiano de ciclos.

Já a suposição de convergência ao equilíbrio estrutural supõe a conjuntura como um processo de ordenação crescente. A cada momento, porém, a conjuntura combinaria elementos de ordem e de desordem. A conjuntura seria um movimento de reconhecimento gradativo da verdadeira situação da economia e da adaptação a ela. Devido a presença de erros, o processo conjuntural só seria realmente inteligível quando estivesse concluído, ou seja, quando estados de equilíbrio pleno fossem alcançados. Antes disso, a análise conjuntural seria especulativa pois não estaria baseada em fatores objetivos de ordem. Modelos neoclássicos de equilíbrio de longo prazo e modelos neo-ricardianos de preços de produção são exemplos desta postura.

É importante notar, porém, que embora diversas em suas implicações, as duas noções acima incorporam uma mesma premissa fundamental: a conjuntura seria marcada pela "lógica" do desequilíbrio, que a teoria econômica não tem o poder de demarcar a priori senão sob hipóteses restritivas especiais, e sua intelegibilidade dependeria, então, não de si mesma mas da situação de equilíbrio "estrutural" que lhe dá sentido e determina seus movimentos.

A noção de conjuntura, porém, não necessita das conotações teleológicas que estas duas formas de relação com a estrutura lhe conferem. Fatores estruturais podem operar não como fins mas como limites, isto é, não como centros de gravidade mas como restrições ao que é possível se obter a cada momento. Nesta acepção, os fatores considerados estruturais seriam aqueles que marcariam as possibilidades abertas aos processos conjunturais, mas não lhe determinariam um caminho único, abrindo a porta para a consagração da conjuntura enquanto objeto de pleno direito. Exemplificando, a existência de capital fixo de uma determinada forma ou de um sistema de interrelações contratuais de natureza financeira limitam (mas não necessariamente determinam, no sentido proposto) as trajetórias conjunturais possíveis aos agentes.

Deste modo, preserva-se a intuição fundamental por trás da dicotomia conjuntura/estrutura que é a da assimetria temporal no desdobramento das várias variáveis que constituem o processo econômico. O movimento conjuntural seria aquele que se desenvolve no interior de configurações identificáveis que estabelecem a cada momento a potencialidade de mudança que se abre aos agentes. Quais movimentos efetivamente serão exercidos dependem de variáveis que se possa definir então como rigorosamente conjunturais.

Na verdade, a própria permanência de fatores estruturais é uma simplificação. A persistência de elementos como o conhecimento técnico, o grau de concentração e organização dos mercados, a qualidade da mão-de-obra, etc., é relativa dada a rapidez com que elementos conjunturais são supostos mudar. A fronteira entre os dois conceitos, estrutura e conjuntura, é uma zona de sombra, é uma convencionalidade, não uma distinção teórica precisa. Na verdade, poder-se-ia pensar em um espectro de distinções ao invés de uma dicotomia simples que pudesse escolher as diversas velocidades de mudança cuja consideração é relevante. A realidade não se divide em conjuntura ou em estrutura: a classificação de processos em uma ou outra categoria obedece a conveniência teórica, isto é, dos modelos a serem efetivamente testados.

Se a dicotomia é convencional, mais do que real, é preciso que os critérios de classificação sejam explicitados para que se possa estabelecer uma linguagem comum. Para tal, podemos buscar fixar a oposição entre conjuntura e estrutura, para fins analíticos, em termos de quatro critérios:

- i) graus de liberdade na definição de trajetórias possíveis para variáveis conjunturais e estruturais: a medida em que consideremos processos conjunturais como movimentos no interior de configurações específicas, é óbvio que a diversidade possível de processos estruturais é muito

maior do que processos conjunturais dado que estes são definidos precisamente pela existência de limites dados pela estrutura aos seus desdobramentos potenciais.

ii) "timing": processos conjunturais são assimilados a horizontes relativamente próximos de sua conclusão ou do esgotamento dos impulsos originários. Em geral, a noção de conjuntura está intimamente ligada ao conceito de ciclo, enquanto a estrutura se basearia em forças estruturais. Nem sempre é lembrado, porém, que a análise corrente de ciclos se prendeu normalmente aos ciclos decenais, o que constitui um horizonte muito maior do que usualmente assumem os estudantes de conjuntura. A combinação do fator "timing" como critério anterior, de graus de liberdade, nos dá a sugestiva idéia de que quanto mais longínquo for o horizonte considerado maior será a liberdade a se considerar na trajetória da economia. Esta diferenciação, de importância estratégica para a análise econômica, se deve a Marshall (Carvalho, 1990).

iii) persistência e abrangência de efeitos: variáveis estruturais são supostas persistir em seus efeitos por muito mais tempo que variáveis conjunturais e abranger um número de agentes também maior. Note-se que o argumento da temporalidade aqui mencionado difere do discutido no item 2. Aqui, referimo-nos aos "fósseis", a herança deixada por um determinado processo mesmo depois que sua dinâmica própria já se tenha esgotado. No caso anterior, referíamos-nos à duração desta dinâmica interna. A natureza específica de bens de capital, por exemplo, são uma variável estrutural enquanto que a formação de estoques é uma variável conjuntural: a primeira persiste em seus efeitos por tempo muito maior que a segunda.

iv) finalmente, temos o critério de ação baseada em fatores conjunturais em oposição aquela baseada em fatores estruturais. Estratégias diferentes, tanto da parte de agentes privados como públicos, são adotadas para estimular ou contrarrestar processos conjunturais ou estruturais, em grande medida em função das diferenças anteriores, de "timing" e de graus de liberdade.

Dados estes critérios, o que importa é traçar uma linha divisória e aplicá-la consistentemente. Nas condições da economia brasileira atual o critério talvez mais sugestivo seja o segundo, referente ao horizonte dos processos estudados, entendendo-se como processos conjunturais aqueles que tipicamente não ultrapassem dez anos.

Na verdade, esta duração pode ser julgada excessiva em economias modernas onde a intervenção do Estado acabou por alterar a dinâmica da economia, especialmente no que diz respeito aos ciclos econômicos. Movimentos conjunturais na fase de "laissez-faire" dependiam, fundamentalmente, das flutuações nas decisões privadas de

investimento. Ciclos completos de expansão e recessão tinham um duração média de 10 anos em função, primordialmente, de características físicas do equipamento de capital, que restringiam não apenas as possibilidades de expansão, mas também de contração da atividade. A emergência de técnicas de controle macroeconômicos substitui, em grande medida, a determinação privada dos ciclos econômicos pela determinação pelo Estado, seja através da alternância de políticas econômicas expansivas e contracionistas, seja pela ação de estabilizadores endógenos. A intervenção do Estado obedece à lógica e restrições diversas daquelas que afetam o setor privado.

Uma das consequências da substituição da influência privada pela pública, no que diz respeito a ciclos econômicos, é o sensível encurtamento da duração das flutuações típicas. O Estado não apenas é mais ágil do que o setor privado na diagnose e na coordenação macroeconômica, como é natural, mas também responde a fontes de instabilidade de natureza diversa daquelas que afetam o setor privado. A substituição de movimentos expansivos por contracionistas no ciclo clássico estava ligada ao esgotamento de mercados, o acúmulo de riscos financeiros, a mudanças imprevisíveis nos estados de expectativas, etc., fatores que poderiam influenciar a lucratividade esperada de novos investimentos no setor privado e, com isso, todo o resto da economia. Já no ciclo dominado pelo Estado a reversão é provocada não quando as condições esperadas de lucratividade se alteram, mas quando desequilíbrios no balanço de pagamentos, pressões no mercado de trabalho, etc., emergem. Em condições modernas, tais desequilíbrios tendem a surgir muito antes de quaisquer mudanças nos fatores que afetam a lucratividade prospectiva de iniciativas privadas. A volatilidade dos determinantes da ação do Estado é muito superior a dos determinantes privados. Por isto, expansões e contrações tem vida mais curta em economias modernas com Estado ativista. Esta seria a unidade básica de duração do tempo conjuntural, o ciclo macroeconômico. A nível microeconômico, o movimento conjuntural seria aquele representado por processos de horizonte mais próximo e determinável, como o processo de produção.

3 - CONJUNTURA E CICLO

Na visão aqui proposta, reconhece-se na conjuntura diferenças de grau mas não de natureza com relação a estrutura econômica. Neste sentido, a premissa básica da reflexão econômica, qual seja, a de que os fenômenos econômicos são ordenados e que é esta ordenação que permite conhecê-los, não se aplica apenas a configurações estruturais, mas também a processos conjunturais. Esta é, sem dúvida, uma hipótese forte, mas não mais do que o usualmente assumido a respeito de qualquer outro fenômeno que se julgue possível conhecer cientificamente.

Por outro lado, não se pode esquecer que a análise conjuntural está tão ou mais voltada para a antecipação de movimentos e intervenção política do que para a mera pesquisa acadêmica. Supor ser a conjuntura um processo ordenado significa precisamente assumir que ela se caracterize por uma ou mais possibilidades de sequência de eventos identificáveis. Assim, analisar a conjuntura é,

primordialmente, prever. Seja para agentes privados, seja para agentes públicos, quanto mais acurada e ágil a previsão, maior a possibilidade de intervenção bem sucedida na confirmação ou negação de tendências.

A análise de conjuntura é, assim, a descrição e a previsão de movimentos de curto termo. Para que tal seja possível, dois requisitos são necessários:

i) a identificação adequada das relações de causalidade entre as variáveis ou eventos, de modo a estabelecer previsões. Relações de causalidade podem ser de duas naturezas: a) antecedência (causalidade fraca); b) determinação (causalidade forte). No primeiro caso, identifica-se sequências empíricas, pelas quais certos eventos precedem outros em um sentido temporal. Este tipo de pesquisa não identifica relações de dependência entre os efeitos, apenas de antecipação. Os indicadores cíclicos antecedentes, elaborados pelo NBER (National Bureau of Economic Research) nos Estados Unidos, são o melhor exemplo deste tipo de relação. No segundo caso, busca-se as relações de determinação entre eventos ou fenômenos, isto é, busca-se identificar o grau em que um evento está substantivamente presente, ainda que em potência, em um evento anterior. Novamente a mera observação empírica não pode ser mais do que sugestiva para a identificação de relações desta natureza, tendo de ser complementada pela reflexão teórica que poderá construir conceitualmente os elos entre os eventos observados;

ii) a identificação adequada do "timing" da relação entre os eventos que servirá para fixar o horizonte de previsão suportado pela análise conjuntural. Assim, conhecidas as relações de causalidade entre eventos é necessário conhecer-se a duração do processo de concretização de um evento a partir da observação daquele que lhe serve de causa. Para tanto, é preciso determinar-se o horizonte relevante para a tomada de decisões e para sua implementação no caso de cada processo estudado; a abrangência dos efeitos de cada processo sobre outros e suas possíveis cadeias de "feedback"; os custos envolvidos nos processos de ajuste da economia de um estado a outro.

As relações causais e suas defasagens temporais podem ser organizadas através do conceito de "ciclos". Ciclos são processos sequenciais que possuem três características bastante úteis:

- i) são auto-contidos, sendo possível identificar-lhes o início, o desenvolvimento e o fim, de onde o processo se reiniciaria;
- ii) são recorrentes, de modo que o conhecimento sobre sua operação é potencialmente cumulativo, aumentando a eficiência possível da previsão e da intervenção pró ou anti-cíclica;

iii) tem duração relativamente homogênea.

A tarefa inicial da investigação conjuntural é, naturalmente, a seleção dos processos cíclicos mais significativos seja para a análise, seja para a intervenção. Feita esta seleção, a pesquisa empírica ideal buscaria captar estes processos cíclicos em suas fases mais iniciais possíveis de modo a maximizar as possibilidades de antecipação. Em outras palavras, o planejamento preliminar de uma pesquisa conjuntural deve, primeiramente, proceder a uma cuidadosa análise das relações causais que definem o processo que se busca conhecer para, em seguida, identificar qual é a fase mais inicial deste ciclo que pode ser captada empiricamente.

Ao se tentar estabelecer as bases para previsões, é necessário ter-se em mente que processos sociais, por mais simples e bem-definidos que possam ser, não operam de modo mecânico. Por isto, toda previsão é probabilística. A efetivação de uma cadeia causal é condicionada a pelo menos duas ordens de influência:

i) todo processo econômico descreve decisões de agentes e interações entre eles. Os agentes tomam decisões a base de expectativas que são formadas sobre diversos elementos de informação e de conjectura. O papel de expectativas formadas sob incerteza é introduzir algum grau de indeterminação nas sequências causais que são postuladas. Variação nos graus de incerteza sofrida pelos agentes podem alterar o "timing" ou mesmo a direção de movimentos. Por esta razão, toda previsão tem sua validade condicionada à presença de um dado estado de expectativas;

ii) todo processo econômico está sujeito à influência de eventos aleatórios que podem até mesmo inviabilizar planos de agentes que seriam, na sua ausência, previsíveis em face das circunstâncias. Um exemplo óbvio destes eventos são fenômenos naturais como enchentes ou não exatamente naturais, como incêndios.

Estas duas ordens de perturbação, incerteza e eventos aleatórios, são incontrolláveis quando uma previsão é elaborada. O que importa é a consciência de que toda previsão, conjuntural ou não, é condicional a continuidade de condições contextuais próximas aquelas para as quais o próprio processo foi identificado. O máximo que se pode almejar, nos casos em que a lei de operação destas perturbações possa ser conhecida, é a construção de cenários onde estas influências possam ser mapeadas.

4 - QUESTÕES PARA UMA PESQUISA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesta seção pretende-se desenvolver um conjunto mínimo de argumentos teóricos destinados a servir de fundamento para a formulação de questões específicas a serem investigadas, no espírito defendido nas

seções anteriores. Dois grupos de problemas prenderão nossa atenção. Por um lado, reconhecer-se-á, a nível microeconômico, a prioridade do conceito de firma, como organizadora e implementadora das atividades produtivas em uma economia de mercado. Por outro lado, será postulado que a interação entre firmas na implementação de planos é a principal responsável pela forma pela qual o setor privado se comporta em termos agregados, definindo o padrão de comportamento microeconômico a ser investigado.

4.1 - A Firma Industrial

Economias de mercado modernas caracterizam-se pela fragmentação da atividade produtiva em unidades autônomas, voltadas para objetivos próprios, que se responsabilizam não apenas pela produção de diferentes objetos como também pela realização de etapas específicas de um mesmo processo produtivo. Assim, não há apenas a notar a divisão social do trabalho, em algumas firmas produzem alimentos, outras mobiliário, ainda outras vestuário, etc., mas também, que se verifica uma divisão técnica do trabalho entre firmas, pelas quais algumas extraem matérias-primas, outras processam estas mesmas matérias-primas transformando-as em bens intermediários ou em bens de capital, e, finalmente, um último grupo de firmas é responsável pela fase final de transformação destas matérias em bens de consumo. Uma dada firma pode, naturalmente, ter graus diversos de integração vertical, abrangendo várias fases do processo de transformação, mas até mesmo por razões técnicas ligadas a vantagens de especialização, nenhuma firma é suposta produzir todos os bens de capital fixo e circulante necessários a produção de seus bens de consumo.

Este padrão de operações da atividade produtiva coloca vários problemas, entre os quais ressalta-se o da coordenação, espacial e intertemporal, das diversas atividades. Como são estabelecidas relações consistentes entre as diversas unidades de produção? Como se obtém um padrão coerente de operações se a decisão é fragmentada não apenas entre consumidores e produtores mas, principalmente, também entre estes últimos?

Esta, naturalmente, é a velha, mas, mais do que nunca, atual, questão da mão invisível de Smith, dos tateios de Walras ou dos equilíbrios temporais de Marshall. Todos estes autores assumiram que a empiricamente observável ordem que caracteriza, no fundamental, a economia capitalista moderna é evidência de que por trás das divergências de interesse entre agentes individuais (sejam consumidores, sejam firmas) existe a possibilidade de definir situações satisfatórias e, sustentáveis e repetitivas, para todos os agentes envolvidos.

Na sua acepção pura, economias de mercado não envolvem diferenças de poder, e nenhum agente pode ser compelido a fazer o que não lhe agrada. Toda ação deve, em tese, corresponder a um interesse próprio do agente que o define, por hipótese, a partir de um cálculo de benefícios e custos associados a cada escolha. Estes cálculos são viabilizados porque todas as escolhas são redutíveis a uma unidade comum, que são os valores em dinheiro dos bens e serviços a serem fornecidos ou obtidos na troca em mercado. A ordem de uma economia de

mercado dependeria da possibilidade de se encontrar preços em mercado que, satisfazendo os objetivos dos agentes envolvidos, permita a repetição das operações.

A existência desta "ordem" (que não deve ser confundida com a noção de equilíbrio, que é muito mais forte e requer muitas outras hipóteses adicionais) não é negada pela existência de flutuações, que podem refletir incertezas, defasagens de percepção, demoras de reorientação de comportamentos, etc..

Tradicionalmente, isto é, na teoria neoclássica, especialmente a de origem walrasiana, reconhece-se, na operação dos mercados, a primazia dos consumidores de bens finais na determinação desta ordem. Bens de capital e outros fatores de produção são estritamente secundários no sentido de que sua lógica (e sua avaliação) é derivada daquela dos bens finais. Firms produtoras de bens de consumo se adaptam às preferências dos consumidores e as produtoras de insumos se adaptam às necessidades dos produtores de bens de consumo.

Este tipo de teoria evita as dificuldades envolvidas no processo de adaptação, concentrando suas atenções nas características do estado final em que a adequação da produção aos desejos dos consumidores é perfeita. Privilegia-se a descrição teórica do equilíbrio pleno em detrimento da explicação dos mecanismos pelos quais este equilíbrio é atingido. Nestas condições, a organização da produção em firmas é meramente incidental: firmas são definidas apenas pela função de produção, uma relação técnica de transformação de insumos em produtos. Em particular, firmas são desprovidas de estratégia própria, já que a longo prazo jogar em contrário as demandas dos consumidores só pode implicar em perdas. Se estas demandas são conhecidas não há escolhas a serem feitas, porque não há alternativas a serem consideradas. Como observado por Hahn (1984) a firma é uma dificuldade para a teoria ortodoxa, uma categoria importante empiricamente mas que é desprovida de papel da concepção teórica em questão.

Em contraste com a visão da firma como apenas uma função de produção, pode-se privilegiar a noção de firma como um centro de decisões sobre produção e acumulação. Não importa, neste contexto, se as decisões tendem ou não a conduzir a firma, no longo prazo, a uma única posição. O interesse da análise conjuntural não reside na possibilidade ou não de existência de tais equilíbrios de longo prazo, mas na conceituação do comportamento de curto prazo. No curto prazo, as decisões da firma são tão importantes, senão mais, como na verdade será postulado, que as preferências dos consumidores, cuja efetiva influência nos mercados dependerá de sua renda e esta, por sua vez, dependerá, ela própria, das decisões de emprego e compra de serviços produtivos por parte das próprias firmas. Conhecer a dinâmica destas economias requer conhecer como planos são formados e implementados por firmas. A conjuntura nada mais é do que um momento, ou um intervalo de tempo, em que um certo conjunto de iniciativas podem ser tomadas.

Para postular princípios de operação para a firma capitalista é preciso identificar seus traços essenciais. A firma é concebida como a unidade em que se decide emprego, produção, onde se gera riqueza e onde esta é acumulada em sua forma produtiva. Na firma são geradas as

formas primárias de renda, da qual todas as outras são derivadas. Por esta razão, a trajetória de uma economia de mercado está apoiada e é dependente da performance da firma. Como sugerido por Minsky (1982) do sucesso das firmas em atingir seus objetivos, o lucro, depende a trajetória de toda a economia e a factibilidade dos objetivos de todos os outros agentes.

A firma é, primariamente, um centro de decisão, de elaboração e revisão de política (Shackle, 1970). A decisão é um fator relevante porque o ambiente não é suficiente para determinar a existência de uma única possível trajetória. Isto porque a firma não recebe do contexto a informação completa que lhe permitiria, como nos problemas de maximização de lucro convencionais, identificar a alternativa objetivamente superior a todas as outras. A firma alcança seus objetivos através da transformação de insumos em produtos e da venda destes. A defasagem entre decisão e realização obriga a interveniência do fator expectativas no comportamento da firma, tornando-a essencialmente especulativa:

"Goste-se ou não, a técnica de produção sob um regime de contrato monetário força o mundo dos negócios a assumir sempre uma grande posição especulativa." (Keynes, CWJMK, v. XIX, p. 114)

A natureza especulativa da firma está em que ela deve comprometer-se com fatores de produção, inclusive contratados para entrega futura, como nos contratos de trabalho, antes de poder saber se a escala de produção escolhida será confirmada pelo mercado.

Entre os fatores que tornam o futuro incerto para as firmas está a impossibilidade lógica de determinação precisa do comportamento de competidores (mesmo no caso de cartelização, onde há sempre a possibilidade do problema do "free-rider"). A incerteza, porém, não é apenas parte do contexto externo a empresa. Ela é promovida pela própria empresa em resposta à pressão competitiva:

"O empresário não é meramente a vítima indefesa da incerteza. Ele, a todo o momento, a promove pois ele espera descobrir e aplicar novos conhecimentos, conhecimentos de princípios naturais ou possibilidades de mercado e na medida em que o conhecimento seja genuinamente novo ele subverterá em algum grau o que era aceito como conhecimento até então. Novo conhecimento é em parte destrutivo do velho conhecimento. O empresário deseja, e busca, ganhar vantagem sobre suas rivais pela inovação, pela novidade em produtos e na tecnologia. O fato de que um campo para tal inovação exista é em si prova de que a incerteza dos negócios é inescapável." (Shackle, 1970, p. 21)

O conceito de firma aqui proposto, portanto, não se resume a uma relação técnica entre insumos e produtos. O conceito de firma refere-se a decisão produtiva, a elaboração de estratégias (Penrose, 1980; Ansoff, 1969), a criação de uma estrutura administrativa adequada (Chandler, 1962; Williamsom, 1971). A firma é uma instituição que se distingue dos outros agentes pelos seus objetivos:

"A firma lida todo o tempo com somas de dinheiro. Ela não tem outro objetivo senão acabar com mais dinheiro do que começou. Esta é a característica essencial de uma economia empresarial." (Keynes, CWJMK, v. XXIX, p. 89)

A incerteza com relação aos mercados em que sua produção terá de ser realizada para que seus objetivos sejam alcançados é que leva a firma ao planejamento de suas atividades, à elaboração de estratégias, explícitas ou não, à adoção de regras de conduta e de relacionamento com clientes e com competidores. Sua segurança e sobrevivência, em ambiente competitivo, depende de sua capacidade em assegurar e ampliar seu espaço de operação, impedindo que seus competidores o façam. Por esta razão, sobreviver é crescer (Feijó, 1980). O comportamento agressivo, a intervenção no ambiente é intrínseco a este tipo de economia (Schumpeter, 1939).

A empresa opera simultaneamente em dois circuitos interligados:

- i) circuito financeiro;
- ii) circuito material.

No primeiro sua atividade é investir dinheiro para obter dinheiro como produto. A firma é uma instituição financeira buscando a ampliação de seu controle sobre recursos. O circuito material refere-se à atividade produtiva da firma que, para ela, nada mais é que o veículo pelo qual seus objetivos últimos, o lucro, são obtidos. A conexão dos dois circuitos é complexa. A nível microeconômico, pode-se postular a subordinação do circuito material ao circuito financeiro, já que a firma não empreende a atividade produtiva por si mas de acordo com suas expectativas de rentabilidade. A personalidade de uma firma confunde-se menos com a natureza de seu equipamento produtivo que com seu balanço. A nível macroeconômico, a relação se torna mais complexa a medida em que, "ceteris paribus", a possibilidade das firmas alcançarem seus objetivos depende da evolução dos mercados que, pelo menos parcialmente, dependem da geração de renda dos fatores, por sua vez dependente do circuito material. Para a análise conjuntural a identificação destes circuitos é fundamental a medida em que localiza os móveis da produção (circuito financeiro) e suas restrições (aquelas sobre o circuito material e sobre o financeiro).

A firma que opera sob incerteza desenvolve não apenas estratégias agressivas, como a inovação, mas também estratégias defensivas, tendentes a assegurar um espaço mínimo de retaguarda face

seja a agressão de concorrentes, seja a ocorrência de desenvolvimentos imprevistos. Entre as principais estratégias defensivas adotadas pelas empresas temos:

- i) a criação de um sistema de contratos futuros denominados em moeda (Davidson, 1978);
- ii) a adoção de precificação via "mark up" (Davidson, 1978; Sylos-Labini, 1984; Okun, 1981; Baumol, 1971; Frenkel, 1979);
- iii) o estabelecimento de relações privilegiadas com clientes, como a diferenciação de produtos, esforços de vendas (Steindl, 1976) ou a criação de mercados "de clientela" (Okun, 1981);
- iv) manutenção de capacidade ociosa de reserva para fazer face a desenvolvimentos imprevistos de demanda (Steindl, 1976; Sylos-Labini, 1984).

Ver a firma como uma instituição financeira que opera, porém, com formas ilíquidas de capital, também é importante para a identificação de mais uma forma de relacionamento com seu ambiente. A firma não se restringe a alocação de seus recursos próprios no apoio a sua estratégia. Ao contrário ela coleta recursos, especialmente de bancos e instituições financeiras para ampliar seu campo de operação e na disponibilidade e termos em que estes recursos são ofertados reside importante restrição a trajetória da firma (Minsky, 1982; Keynes, CWJMK, vs. V e VI).

Em suma, a atividade produtiva, ao nível da firma, está subordinada à viabilidade esperada de sua estratégia financeira. Esta se define por uma sequência de etapas que compreende:

- i) formulação de planos de produção para cada período específico, calcado na análise do estado dos mercados supridos pela firma (Feijó, 1991);
- ii) obtenção de recursos de curto termo, usualmente junto aos bancos, sob a forma de capital de giro, que permite a contratação de fatores de produção, criando uma dívida que se espera liquidar com a realização futura de receitas de venda;
- iii) ajuste da disponibilidade de fatores a escala de produção decidida para o período;
- iv) desenvolvimento da atividade produtiva;
- v) venda da produção ao público ou a intermediários;
- vi) liquidação da dívida junto aos bancos; após o que o mesmo ciclo se reinicia.

As incertezas que afligem a decisão de produzir afligem em grau muito mais profundo a decisão de investir, dados os horizontes temporais em geral mais distantes envolvidos e dada a iliquidez dos

equipamentos e estruturas produtivas. Os recursos financeiros de apoio à implementação destes planos tem de estar disponíveis em forma mais flexível e adequada a natureza dos empreendimentos, o que concorre para aumentar seu custo. O grau de confiança necessário ao comprometimento com uma dada estratégia é muito maior.

4.2 - Desdobramentos Macroeconômicos

Movimentos macroeconômicos não podem ser descritos apenas com referência ao setor industrial nem podem as relações intersetoriais ser tratadas apenas como dadas. Por esta razão, não se pode conceber ciclos macroeconômicos confinados ao setor industrial. O que se pode fazer é tentar identificar as implicações macroeconômicas da dinâmica industrial identificada ao nível microeconômico para que se gere a informação adequada, em combinação com informações de outras proveniências, para o acompanhamento de processos agregados.

Os desdobramentos macroeconômicos surgem basicamente da coincidência de comportamentos das firmas em uma direção determinada. Assim, o nível global de emprego, por exemplo, varia quando as variações de emprego a nível microeconômico se dão não de forma autocompensatória mas de forma solidária, com as unidades modificando o nível de emprego na mesma direção. Deste modo, para a análise macroeconômica importa identificar as razões de solidariedade dos movimentos individuais.

Movimentos solidários de variáveis como produção e emprego podem se dever a uma série de razões. Em primeiro lugar, temos os efeitos renda gerados pelas decisões de gasto de uma unidade sobre aquelas que lhe sejam fornecedoras. A decisão de oferecer emprego exerce efeitos-renda positivos sobre os produtores de bens de consumo para assalariados. Exerce também efeitos estimulantes sobre a atividade dos fornecedores de insumos com que os trabalhadores adicionais contratados realizarão sua atividade. A compra de bens de investimento exerce efeitos-renda ainda mais complexos, diretamente sobre a produção de bens de capital e indiretamente sobre produtores de bens de consumo que ofertarão bens aos trabalhadores empregados na produção adicional de bens de capital. Este último efeito é o multiplicador keynesiano. A identificação destes efeitos-renda, que fundamentam a idéia de que a restrição orçamentária sobre os agentes econômicos representada pela renda corrente é endógena a economia como um todo é uma das principais proposições da economia keynesiana em todas as suas versões.

Movimentos solidários são também causados pelas interrelações técnicas entre setores produtivos. Como observado acima, economias modernas levam à divisão do trabalho até a fragmentação do processo produtivo, assignando a firmas diferentes as diversas fases da produção de um bem qualquer. Deste modo, a expansão de firmas que representem um estágio determinado do processo produtivo acarreta a expansão dos setores dos quais dependem e estimulam a expansão de setores aos quais suprem. Estas interrelações, descritas em matrizes insumo/produto, são de natureza complementar, mas inteiramente diversa, aquelas descritas pelo conceito de multiplicador.

Sob incerteza, é preciso considerar também a solidariedade de movimentos apoiada na noção de comportamento convencional que é aquele em que, na ausência de informações mais precisas os agentes simplesmente projetam no futuro o comportamento presente da economia e se valem do comportamento alheio semelhante como evidência da correção desta estratégia. Se algumas firmas influentes encetam um dado movimento, as restantes provavelmente irão segui-las, seja para não perder espaço, seja para não deixar de aproveitar oportunidades que porventura apenas as empresas líderes tenham até então percebido. Este tipo de movimento é muito importante para o estudo de fenômenos cíclicos. Dentre eles temos, por exemplo, o movimento de imitação, característico do ciclo schumpeteriano (Schumpeter, 1939).

Finalmente, fator importante na geração de comportamentos comuns é a existência de fontes compartilhadas de informação. Aqui ressalta-se a importância da política econômica gerando sinais coerentes cujo sentido possa ser percebido pelos agentes de modo a gerar comportamentos consistentes. Políticas inequivocamente expansivas, por exemplo, se dotadas de credibilidade, podem induzir a solidariedade de movimentos característica da dinâmica macroeconômica. Não apenas a política econômica, porém, se constitui em fonte pública de informação. Ocorrências observáveis com facilidade, como, por exemplo, dificuldades externas também se constituem em estimulantes compartilhados, ainda que, nestes casos com mais frequência do que ocorre com relação a política econômica, o significado da informação possa não ser inteiramente inequívoco, conduzindo a estratégias diversas por parte dos agentes. Por exemplo, um estrangulamento externo pode tanto conduzir empresas a se contrair, na expectativa de adoção de medidas de ajuste, quanto outras a se expandir, pela perspectiva de ocupar mercados antes supridos pelo exterior. Isto ressalta a característica importante da análise econômica de que o que importa é menos o sinal emitido e mais a interpretação dele feita pelos agentes econômicos. Como proposto por Penrose:

"... não é o ambiente 'enquanto tal', mas sim o ambiente como o empresário o vê, que é relevante para suas ações." (Penrose, 1980, p. 215)

4.3 - Ciclos Industriais e Acompanhamento Conjuntural

Com base nas discussões anteriores, podemos agora descrever de forma mais concreta e esquematizada que ciclos micro e macroeconômicos uma pesquisa conjuntural da indústria deveria focalizar e quais variáveis seriam as mais adequadas para proceder a tal acompanhamento.

O acompanhamento específico da atividade industrial de curto prazo poderia consistir na descrição dos ciclos de produção e de emprego. Em adição, dever-se-ia investigar ciclos de investimento de capital, especialmente pelas suas importantes implicações macroeconômicas.

O ciclo de produção pode ser concebido como consistindo dos seguintes elementos:

- i) formação de expectativas de demanda e cálculo do grau de atendimento desejado, seja por utilização de estoques, seja por produção adicional. Esta última escolha depende, em grande medida, das expectativas de preços das firmas e dos custos financeiros envolvidos na acumulação de estoques;
- ii) obtenção dos recursos financeiros para o financiamento do capital circulante (working capital) necessário a atividade produtiva na escala decidida;
- iii) aquisição de matérias primas e ajuste da força de trabalho disponível;
- iv) implementação do processo produtivo propriamente dito: transformação de insumos em produtos;
- v) realização (venda) da produção, junto a intermediários ou junto ao público diretamente, e acumulação (recomposição) de estoques;
- vi) liquidação da dívida de capital de giro contraída e apropriação do resultado (dependente, naturalmente da forma prevista de pagamento).

O ciclo de emprego difere do ciclo de produção em função do horizonte diverso que regula a contratação de trabalhadores em relação ao horizonte de contratação para entrega de bens produzidos. Seus passos seriam:

- i) previsão de comportamento padrão de demanda para o horizonte contratual relevante. O horizonte relevante depende das normas que regem a duração dos contratos de trabalho. O horizonte mínimo é dado pela duração do próprio período de produção. O máximo está ancorado no prazo máximo de previsibilidade de comportamento dos mercados estimado pelas firmas;
- ii) contratação do núcleo estável de mão-de-obra, relativamente insensível a flutuações curtas;
- iii) previsão do comportamento imediato da demanda (como no item i do ciclo de produção);
- iv) ajuste na força de trabalho necessária à decisão de produzir adotada, que pode se dar através de contratação de força de trabalho temporária ou apelo a horas extras (caso de excesso) ou de redução de jornada ou licenciamento temporário (caso de falta de demanda);
- v) conclusão do período imediato de produção, após o que se reconstitui o núcleo básico de emprego ou, se as

expectativas de termo mais longo forem revistas, redefinição da dimensão deste núcleo.

Os ciclos de aplicação de capital são mais complexos já que a aquisição de bens de investimento tem como alternativas, especialmente no curto termo, a aquisição de outras formas de capital, como, por exemplo, títulos financeiros. Também é complicação adicional a duração deste ciclo que, a rigor, deveria se estender até a reposição do equipamento ou estrutura, nos moldes do antigo ciclo decenal. De qualquer forma, mesmo neste caso, datar a conclusão de ciclos específicos de aplicação de capital seria muito complexo dado que, ao contrário do capital circulante, não é possível identificar o ponto relevante do tempo em que se deveria considerar concluído o ciclo de capital pelo desgaste do item. Deste modo, listamos abaixo apenas a sequência relevante para a investigação macroeconômica:

- i) formação do estado de expectativas de longo termo e determinação do estado de confiança nas projeções de lucratividade;
- ii) obtenção do financiamento de compra dos bens de investimento;
- iii) aquisição ou encomenda destes itens;
- iv) transformação do crédito de compra em financiamento de retenção (Funding).

Estes elementos permitiriam, através da agregação das variáveis, em combinação com outros elementos de informação, tentar identificar as formas de interação em operação nos movimentos agregados devidas a:

- i) efeitos-renda;
- ii) encadeamentos produtivos;
- iii) comportamento convencional;
- iv) informações compartilhadas;
- v) inovações e pressões competitivas.

Os três ciclos (emprego, produção e aplicação de capital) iniciam-se com a formação de expectativas de definição de planos por parte das firmas. Tais elementos são praticamente impossíveis de captar em investigações diretas. Quanto mais incerto o contexto em que operam os agentes, mais "criativas" (isto é, independentes do contexto objetivo) serão as expectativas em relação as variáveis observáveis. Por outro lado, a implementação de dado plano não depende apenas da definição de uma dada expectativa mas, também, do grau de confiança que se atribui a ela, influência impossível de quantificar. Face a estas dificuldades, restam apenas a alternativa de tentar captar cada ciclo através de fases subsequentes, objetivamente observáveis, ao mesmo tempo em que se tente levantar evidências a respeito de possíveis determinantes de expectativas, cuja efetiva influência pode ser

hipoteticamente estabelecida empiricamente para cada contexto específico. Para este fim, pode-se identificar as seguintes variáveis para investigação:

- i) valor de estoques;
- ii) valor de vendas;
- iii) grau de utilização de capacidade;
- iv) margens de lucro;
- v) endividamento em relação a capital próprio;
- vi) perfil temporal de endividamento;
- vii) coeficiente de liquidez (ativo disponível/exigível de curto prazo);
- viii) pedidos em carteira;
- ix) relação entre "overtime"/jornada normal de trabalho;
- x) massa salarial;
- xi) investimentos realizados em plantas e estruturas e em equipamentos.

5 - CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONJUNTURAL

Recordemo-nos, por um instante, do argumento central desenvolvido anteriormente: o objetivo da informação conjuntural é permitir seguir as flutuações econômicas de modo a não apenas conhecer a dinâmica de curto termo de uma dada economia, mas também informar a agentes privados e ao governo dos movimentos latentes no presente de modo a permitir-lhes comportamentos antecipatórios ou contrarrestantes daqueles movimentos.

A essência da análise conjuntural está, então, na identificação das variáveis melhor dotadas de poder preditivo, isto é, que reflitam processos em andamento, e na localização privilegiada de pontos de inflexão, em que a trajetória da economia em estudo muda seu sentido (por exemplo, da expansão para a recessão) de modo a permitir, seja a agentes privados adaptar-se ao novo rumo minimizando traumas, seja as autoridades de política econômica tentar evitar as inflexões que forem indesejáveis ou tomar medidas preparatórias para adaptação não traumática (por exemplo, promovendo seja a renovação de estímulos expansivos quando um auge perde o fôlego ou preparando um "soft landing" quando a continuidade da expansão, por qualquer razão, é julgada inconveniente).

Estas características mostram que um valor especial é conferido a agilidade da pesquisa conjuntural, mesmo que em detrimento

de sua acurácia, e aos sinais de variação, mais do que ao seu número absoluto.

A prioridade que deve ser conferida a agilidade e a identificação de sinais, mais do que valores, deve, porém, ser cercada de certos cuidados para que o analista de curto termo possa mover-se com o grau desejado de segurança por entre a informação gerada. O reduzido grau de acurácia possível em uma pesquisa conjuntural deve ser compensado, ao máximo possível, por uma preocupação com o levantamento de informações caracterizadas pela objetividade e homogeneidade de levantamento. A incerteza da análise conjuntural não deve ser acrescida da incerteza sobre a natureza ou o conteúdo da informação obtida. Isto nos coloca frente a dois problemas fundamentais para o desenho de uma pesquisa conjuntural:

- i) a natureza das variáveis investigadas;
- ii) a identificação adequada do informante.

Deve-se evitar, até onde possível (o que, naturalmente, depende de cada variável) o levantamento de informações subjetivas, cuja definição seja vaga mesmo para o informante, de modo a não poder obter-se uma homogeneidade de critérios que fundamentasse a agregação de respostas individuais em um indicador global. Este, por exemplo, é o problema típico de investigação de expectativas. Por sua própria natureza, não é possível especificar-se adequadamente o que se entende por "expectativas" a um informante de inquéritos conjunturais. O conceito de expectativas necessário a análise econômica envolve diferenças no grau de definição em que cenários alternativos são imaginados por cada agente, do grau de confiança que cada um atribui a factibilidade de desenvolvimentos futuros específicos e, ainda, ao grau em que estarão dispostos a agir em função destas expectativas. Um inquérito direto de expectativas captará, provavelmente, desde a imaginação descompromissada até o delineamento de cenários esperados com tanta segurança que os agentes estejam dispostos a assinar obrigações contratuais com base neles. A informação agregada sobre estes extremos é de reduzido valor, podendo mesmo ser danosa ao sugerir tendências falsas. Note-se que, no exemplo dado, não há especificação possível de quesito que possa distinguir expectativas realmente operacionais daquelas que não passam de figmentos da imaginação descompromissada do informante.

Para evitar tais problemas, a seleção de variáveis a serem investigadas deve ser cuidadosa, pesando-se sua importância explicativa (estabelecida de acordo com a teoria relevante) com seu grau de objetividade. O exame do poder explicativo das variáveis escolhidas pode ser realizado através dos testes de causalidade disponíveis. Além disso, variáveis que possam ser obtidas pela combinação de outras variáveis objetivas investigadas devem também receber atenção. Um exemplo desta possibilidade é dada pela informação sobre grau de utilização de capacidade. A esta variável muitos modelos conferem grande poder explicativo da decisão de investir (por exemplo, Steindl, 1976; Eichner, 1980). O questionamento direto, porém, pode ser problemático dada a dificuldade em se mensurar capacidade total. O grau de utilização pode, contudo, ser determinado a partir do acompanhamento da trajetória do produto efetivamente observado e da

adição ao estoque de capital, ambas variáveis objetivas, em relação a uma data que sirva de "benchmark" em que se possa identificar a maior relação obtida entre produto e capacidade instalada (este é o método empregado, por exemplo, pelo Federal Reserve Board).

Esta preocupação está diretamente relacionada a segunda questão, qual seja, a identidade do informante. Desde já, é importante que se perceba que na perspectiva apresentada aqui a unidade relevante de investigação é a empresa e não o estabelecimento. O foco no estabelecimento responde a perspectiva tradicional da organização industrial, que privilegiava aspectos e condicionantes técnicos da atividade industrial, muito influenciada pela microeconomia tradicional que encarava a empresa como apenas a sombra institucional da função de produção. Era a descrição desta última, assim como suas implicações para a organização de mercados (como, por exemplo, na questão das economias de escala e barreiras técnicas a entrada) que constituía o interesse desta abordagem. A perspectiva desta discussão, em contraste, como vimos, é a do comportamento da empresa como centro de decisão frente a um conjunto de estratégias de crescimento possíveis. Empresários, não funções de produção, formam estratégias e as transformam nos procedimentos táticos que definem o tempo conjuntural.

A empresa identificada pelas pesquisas industriais do IBGE não correspondem, como é sabido, ao conceito efetivo de empresa apresentado no parágrafo anterior. Embora muito mais significativa que a noção de estabelecimento (que corresponde razoavelmente bem ao velho conceito de função de produção), a definição de empresa para o IBGE, baseada no registro do CGC, não corresponde ao centro de decisões no caso de empresas conglomeradas ou multidivisionais em que as divisões tenham definição jurídica própria. Holdings não são identificadas e a ação estratégica de corpos diretivos comuns a mais de uma "empresa" no sentido especificamente jurídico escapa a possibilidade de pesquisa. Isto, naturalmente, é uma limitação mais importante para algumas variáveis que para outras. Quanto maior a importância estratégica da variável, maior é a limitação que isto representa. Informação sobre investimentos planejados, por exemplo, dado tipicamente estratégico, se torna de mais difícil obtenção que dados sobre produção e emprego, cujos procedimentos são, em geral, fixados por executivos em posição mais baixa na hierarquia empresarial (Cf. Chandler, 1962).

Novamente, estas dificuldades não devem conduzir a conclusão da impossibilidade da pesquisa conjuntural mas ao seu desenho cuidadoso de modo a levar em consideração de que a unidade de investigação pode simplesmente não dispor da informação idealmente buscada ou que, além disso, o informante específico destacado pela empresa pode também não conhecer o conteúdo da variável solicitada.

Felizmente, ambas as dificuldades levantadas apontam para a mesma solução. Em ambos os casos, sugere-se abrir mão da perfeita adequação teórica da investigação de variáveis estratégicas em favor de uma solução "second best" em que se recorre a informações objetivas, preparadas segundo critérios conhecidos e de uso comum e cujo conhecimento não seja exclusivo de um grupo de agentes inacessíveis aos pesquisadores do IBGE. O desenho da pesquisa de conjuntura industrial deve tentar compensar estas limitações com uma utilização mais intensiva de informações que compartilhem desta natureza. E

particular, como se proporá na seção 8, a seguir, a utilização de informações econômico-financeiras das empresas, disponíveis em seus registros contábeis, podem suprir várias das lacunas atuais.

Ainda a ser considerada, há a questão da agilidade que deve ter a pesquisa conjuntural. Naturalmente, se ela deve se prestar a permitir comportamentos antecipatórios, é fundamental que a informação esteja disponível antes que os desenvolvimentos que sejam previsíveis tenham lugar. Isto coloca algumas necessidades para o desenho adequado da pesquisa. Em primeiro lugar, há a considerar a questão da periodicidade do inquérito. Há, obviamente, um "trade-off" importante a considerar: quanto menor o intervalo entre cada levantamento, mais rápida será a disponibilidade de informações; no entanto, maior será também o "ruído" que infectará a observação e, naturalmente, maior será o custo representado pela pesquisa. Na verdade, a periodicidade não deve ser decidida a priori. Não há virtudes intrínsecas a periodização mensal ou trimestral ou anual ou qualquer outra. O período deve ser estabelecido em função dos processos que se quer descrever e antecipar, de modo a minimizar custos e possibilidade de desinformação (ruído) mas também de modo a captar com mais eficiência os processos selecionados. A utilização, portanto, de levantamentos mensais ou trimestrais, ou quaisquer outros, será discutida, assim, na seção 8, no contexto de propostas específicas de investigação.

Uma observação final de caráter geral, que ressalta do que foi exposto até o presente, é a de que o planejamento de pesquisas, conjunturais ou não, coloca a necessidade de decisão sobre pontos específicos que maximizem a eficiência informativa destes inquéritos. Isto nos leva a um análogo do teorema da política econômica de Tinbergen, segundo o qual um "policy-maker" deve lançar de tantos instrumentos de política quantos objetivos ele quiser alcançar. As pesquisas devem ter objetivos definidos, não devendo ser sobrecarregadas com metas secundárias que podem alterar seu desenho e reduzir sua eficiência. A pesquisa conjuntural deve ser dirigida para prover a informação conjuntural. Isto coloca critérios de precisão, de agilidade, de cobertura, etc., que não devem ser sacrificados pela acoplagem de demandas estranhas ao seu espírito.

6 - TRÊS EXPERIÊNCIAS DE INQUÉRITOS CONJUNTURAIS

Nesta seção sumariaremos brevemente o conteúdo de inquéritos industriais conjunturais dos Estados Unidos, Canadá e França. A intenção é meramente descritiva, com o fim de localizar possibilidades de pesquisa de variáveis específicas no âmbito de instituições governamentais ou paragovernamentais. Não são abordados métodos de coleta ou processamento, nem examinadas as definições operacionais das variáveis.

6.1 - Estados Unidos

A pesquisa estatística norte-americana caracteriza-se, como é sabido, pela pletora de informações, inigualada por nenhum outro país. Com experiências remontando ao início do século, quando sob a

inspiração de economistas como Wesley C. Mitchell, instituições privadas de pesquisa como o National Bureau of Economic Research, dedicadas ao estudo empírico dos ciclos econômicos, foram fundadas, aquele país permite aos investigadores o exame de múltiplas hipóteses a respeito de movimentos conjunturais e seus determinantes, em escala que se coloca além das mais irrealistas ambições de pesquisadores brasileiros. O interesse em se conhecer esta experiência é, porém, óbvio, qual seja, o de demonstrar a factibilidade de levantamento de uma gama bastante ampla de variáveis sobre as quais paira, no Brasil, um quase completo desconhecimento.

No que se refere especificamente a levantamentos conjunturais que afetem ao setor industrial, a grande fonte é o Survey of Current Business, editado pelo Bureau of Economic Analysis do Departamento (Ministério) do Comércio dos Estados Unidos. Nesta publicação, da qual constam diversas estatísticas sobre outros setores da economia, encontramos as seguintes informações sobre conjuntura industrial com periodicidade trimestral:

- estoques de firmas da indústria da transformação, agregadas em indústrias de bens duráveis e não-duráveis. Estes dados são apresentados em conjunto com informações sobre estoques de firmas agrícolas, do comércio atacadista, do comércio varejista, e outros;
- relação entre estoques e vendas finais;
- investimento em capital fixo, desagregado em estruturas não-residenciais e em equipamentos duráveis de produção;
- lucros das corporações da indústria de transformação, novamente desagregadas em produtores de bens duráveis e não duráveis, além de informações semelhantes para corporações domésticas financeiras, de transportes e infraestrutura (public utilities), comércio atacadista e varejista e outros. Lucros das corporações de propriedade de estrangeiros.

Além desta fonte, há que mencionar o Federal Reserve Bulletin, de responsabilidade do Federal Reserve Board, que elabora índice mensal de produção industrial e duas séries de índices de utilização de capacidade. Um índice mensal para a indústria de transformação e um índice trimestral para a indústria de transformação (desagregada), extrativa mineral e infraestrutura. Como já apontado, estas séries não são obtidas por informação direta, mas elaboradas a partir de dados sobre produção e acréscimo de capacidade, em comparação com um período de referência (a série foi descrita pela última vez no Federal Reserve Bulletin de junho de 1990).

6.2 - Canadá

A Revue Statistique du Canada, mantida pelo Ministério da Indústria e Comércio daquele país, traz indicadores conjunturais para a indústria canadense com as seguintes características: são indicadores mensais descrevendo a produção por setor, com detalhamentos de

informação específicos a cada setor, segundo suas características; além disso, são levantados dados mensais de pedidos (encomendas), entregas e acumulação de estoques, sendo estes últimos desagregados em estoques de matérias primas, produtos em curso de produção e produtos acabados. Note-se que o conceito de estoques investigado no Canadá segue de perto o importante conceito para análise conjuntural de "working capital" (Cf. Keynes, 1971, v. II, pp. 91/115).

6.3 - França

O Bulletin Mensuel de Statistique, publicado pelo INSEE (Institut National de La Statistique et des Etudes Economiques), traz experiência mais próxima à brasileira. São elaborados índices mensais de produção industrial, que são divulgados de forma bastante anárquica. O grau de detalhe em que se informa a produção de cada setor é grande, mas completamente heterogêneo, fazendo com que certos dados possam ser conhecidos para alguns setores mas não para outros, sem uma lógica aparente. Deve-se notar que, em contraste com a experiência americana, a tradição francesa de intervenção do Estado na Economia não se apoia na adoção de políticas macroeconômicas de gestão, mas no planejamento apoiado em meios não convencionais de persuasão de agentes privados (Schonfield, 1969). A demanda por informação estatística francesa pode explicar a relativa pobreza das pesquisas conjunturais.

Das três experiências, sem dúvida, as duas primeiras, dos Estados Unidos e Canadá, são as mais interessantes, demonstrando a viabilidade de pesquisa de variáveis de definição difícil como lucros, estoques, investimentos, etc. Naturalmente, há peculiaridades a serem consideradas na economia brasileira que afetam a forma pela qual tais variáveis teriam de ser consideradas, entre as quais, ressalta-se a persistência de processo inflacionário intenso. Interessa registrar, no entanto, que a fonte para grande parte destas interpretações são comuns a todos os países capitalistas modernos, que são registros contábeis, feitos, em sua maioria, para demonstrações fiscais. A utilidade destes registros, no caso da economia brasileira, será discutida na seção 8.

7 - AS PESQUISAS INDUSTRIAIS MENSAIS DO DEIND/IBGE

Presentemente, o Departamento de Indústria do IBGE realiza dois inquéritos industriais, ambos de periodicidade mensal, a pesquisa de produção física e a de dados gerais, que consiste, fundamentalmente no acompanhamento de dados sobre emprego e salários.

A pesquisa de produção física contém, substantivamente, um único quesito, que é a quantidade produzida de bens especificados pelas unidades informantes, com uma informação adicional, para ajuste, sobre os dias trabalhados no mês pesquisado. É, porém, na elaboração destes dados, divulgada no boletim mensal "Indicadores Conjunturais da Indústria", que se explora o potencial informativo desta pesquisa, através de gama bastante variada de índices.

Deve-se notar que o produto fundamental desta pesquisa é um índice coincidente com o ciclo (na verdade, podendo servir mesmo de série de referência para o próprio ciclo), a medida que se apresenta a variável síntese do processo produtivo, que são os índices de quantum. Para a indústria, esta é uma variável terminal, que indica o fechamento de um ciclo iniciado com a estimativa de demanda e a decisão de produzir. Por esta razão, embora seja uma variável fundamental para que se possa mesmo localizar e datar ciclos de conjuntura industrial, o índice de produto não permite qualquer antecipação de movimentos futuros, que tanto podem repetir movimentos passados como apresentar rupturas em relação a eles. Isto se dá porque não há ligação necessária entre a decisão de produzir para períodos de produção diversos.

Na verdade, a pesquisa como é realizada não é inteiramente desprovida de possibilidades de sinalização futura, se se leva em consideração que o processo produtivo mobiliza sequencialmente diversos estágios da estrutura produtiva. Neste sentido, a produção de insumos, por exemplo, "sinaliza" a produção futura de bens finais. A identificação de cadeiras de causalidade, bem como das defasagens temporais médias entre as fases do processo produtivo, através de exercícios com os índices de produto de acordo com os setores-matriz poderia fundamentar tal sinalização, conferindo algum poder preditivo mesmo a pesquisa como é realizada no presente.

A elaboração de índices por "categoria de uso" já é de interesse mais incerto, especialmente por se confundir frequentemente com as categorias usuais de análise de demanda agregada, sugerindo para estes indicadores um papel que eles realmente não podem exercer por duas razões: por um lado, consistem em dados de produção, que poderiam aproximar condições de oferta, mas que realmente pouco dizem sobre o comportamento da demanda; em segundo lugar, e mais importante, há que considerar a inadequação da classificação de bens intermediários que, aliás, constituem o grupo de bens de maior peso no indicador industrial. Não existe a categoria de demanda agregada "bens intermediários". Estes deveriam estar integrados seja nos produtos finais aos quais se destinam (analiticamente, consideram-se setores verticalmente integrados; veja-se, por exemplo, Kalecki, 1971), ou como bens de exportação (caso em que o item de demanda deveria ser "exportações") ou, finalmente, como bens de capital, enquanto item de capital instrumental ("working capital"). O que importa considerar é que muito embora se espere explicar a produção de bens de consumo a partir de uma assumida demanda por bens de consumo, e o mesmo para a de bens de capital, não se pode fazer o mesmo com bens intermediários, que não tem demanda própria, nem dinâmica própria.

Os índices são apresentados de quatro formas diferentes: base fixa, mensal, acumulado no ano, acumulado em doze meses. Destas quatro, a primeira e a última formas parecem as mais interessantes, permitindo localizar a trajetória das variáveis, bem como suas inflexões. A variação verificada em um dado mês contra o mesmo mês do ano anterior e a acumulada no ano não agregam nenhuma informação ao observador.

Os dados são publicados em forma bruta e dessazonalizada. Embora este tópico não vá ser tratado aqui, há que se advertir a

necessidade de cautela com procedimentos de dessazonalização em estruturas tão instáveis quanto as que se tem verificado no Brasil dos últimos cinco anos. Padrões de sazonalidade industrial são, na maioria dos casos, diversos daqueles típicos da atividade agrícola, onde determinantes naturais tem grande importância. Variações na produção industrial tem raízes mais fundamentalmente institucionais, sujeitas a influências importantes cujo padrão de sistematicidade é de difícil identificação, em particular no que se refere a atitudes defensivas desenvolvidas na expectativa de medidas de política econômica como as que tem caracterizado a economia brasileira recente na tentativa de debelar o processo inflacionário. A sensibilidade dos métodos de dessazonalização a variações como as que temos sofrido pode acabar introduzindo maior grau de ruído nas séries.

A pesquisa de dados gerais levanta um conjunto maior de informações. São investigadas oito variáveis: pessoal ocupado na produção, admissões na produção, desligamentos na produção, número de horas pagas na produção, valor dos salários contratuais, valor das horas extras pagas, valor da folha de pagamento, valor da produção.

"Pessoal Ocupado na Produção" deve, em princípio, ser uma variável com sensibilidade cíclica relativamente pequena. Ainda que a variável inclua também trabalhadores temporários (infelizmente sem distinção), a inclusão de trabalhadores contratados em caráter permanente deveria dar uma relativa estabilidade a série, já que, espera-se, o núcleo da força de trabalho de uma firma deve ser basicamente estável (Okun, 1981), dimensionado em função dos padrões de demanda que cada firma espera serem "normais", em torno dos quais flutuações aleatórias se dariam e seriam atendidas por mudanças no corpo de trabalhadores temporários. A sensibilidade cíclica deveria ser encontrada mais na composição da variável que no seu tamanho. Deve-se atentar, por outro lado, que a instabilidade inflacionária encurta os horizontes de previsão e cálculo, o que poderia levar a uma volatilidade maior desta série no caso do Brasil do que seria de se esperar em outros casos. Esta é certamente uma variável útil para a análise conjuntural, especialmente se combinada com outras informações sobre variação de jornada, realização de horas extras, etc. Vale lembrar, aliás, que para importantes analistas de ciclos econômicos, como Geoffrey Moore, dados de emprego refletem melhor ocorrências do mercado de trabalho que a informação sobre desemprego, que normalmente atraem mais atenção (Moore, 1983, pp. 94/101).

A informação sobre admissões e desligamentos, como se apresenta presentemente, pode informar sobre rotatividade de mão-de-obra. Seria de supor também que ela servisse de teste para a consistência dos dados de pessoal ocupado, o que, no entanto, é negado no Manual de Treinamento do IBGE (p. 24). Não é claro qual o papel da informação sobre rotatividade enquanto tal, especialmente ao não se distinguir, como seria de maior interesse entre admissão de empregados temporários e permanentes (o mesmo vale para desligamentos). Do mesmo modo, variações na jornada de trabalho, licenciamentos e férias coletivas teriam significado bem mais identificável para a análise cíclica.

"Horas Pagas na Produção" é variável bastante importante, superior mesmo aos índices de quantum como variável-referência do ciclo

industrial. Esta é a variável coincidente por excelência e de interpretação menos ambígua que a de índice de produto que, ao combinar itens de heterogeneidade mais acentuada, é mais dependente das suas estruturas de ponderação. Muito embora vários tipos de trabalho estejam sendo considerados (não havendo, assim, que se confundir esta informação com qualquer tipo de "trabalho incorporado") o grau de homogeneidade dos itens aqui representados é certamente superior ao de índices de produto.

"Valor dos Salários Contratuais" é variável que se espera também ser ciclicamente insensível, ainda que deva ser muito mais volátil em condições de alta inflação. No entanto, como índice de custo é informação estratégica para o acompanhamento de processos de alta inflação, especialmente se puder ser complementado por informações a respeito de custo de matérias primas. A ênfase deveria ser em salários monetários mais do que reais. O interesse em salários reais, por sua vez, estaria mais voltado para o custo real dos salários (isto é, pela deflação dos salários pelo índice de preços do produtor) que para o poder de demanda dos salários (deflacionado por índices de custo de vida). Enquanto elemento de demanda, salários pagos na indústria são apenas mais um item (entre salários pagos pelos vários setores da economia, bem como rendas provenientes de outros serviços de fatores), enquanto que como item de custo, sua importância analítica é muito maior. Em tese, os custos salariais (e os encargos que lhe sejam proporcionais) representam sobre os quais as firmas aplicam seus mark ups para a formação de preços. Por esta razão, esta variável também é bastante informativa.

"Valor das Horas Extras Pagas" seria a variável cíclica por excelência, oscilando entre zero e algum teto convencional. Na realidade, o piso não deve ser zero no Brasil em função de limites institucionais a jornada de trabalho que são driblados pelo recurso habitual a horas extras. Isto não anula o interesse na variável; apenas torna necessário determinar qual o nível "normal" de exercício de horas extras para que se possa determinar o movimento cíclico em torno a este nível. Note-se que a razão entre o valor das horas extras pagas e o valor dos salários contratuais totais pagos pode ser uma variável antecedente do nível de emprego.

Os dois itens remanescentes tem importância bem mais reduzida para a análise conjuntural. O valor da folha de pagamento inclui além dos pagamentos diretos identificados no item anterior, os encargos sociais incidentes sobre a utilização de mão-de-obra. É de se supor que os encargos "normais" já estejam sendo considerados quando da precificação de produtos, enquanto que os adicionais (licença maternidade, auxílios diversos, etc.) sejam vistos como eventos aleatórios, sendo considerados pelos empresários através de sua expectativa matemática. Se isto for assim, esta seria uma variável redundante, pois seu poder de influência sobre a tomada de decisão empresarial já estaria sendo considerada nos dois itens anteriores.

"Valor da Produção" é uma variável de sentido obscuro e todas as suas utilizações possíveis são como aproximação de conceitos mais significativos. Seja como aproximação do VTI, prejudicada pela ausência de informações sobre despesas com matérias-primas, seja para a construção de deflatores implícitos, em combinação com índices de

quantum, é variável de pouco poder explicativo que poderia, talvez, ser substituída por outras mais importantes.

Em suma, as pesquisas industriais mensais cobrem algumas variáveis de importância para a análise de conjunturas cíclicas, mas dão ainda ênfase quase exclusiva a variáveis coincidentes. Alguns indicadores antecedentes podem ser extraídos da elaboração dos dados, como indicado, mas longe de esgotarem o potencial que possuem de embasamento para a análise de ciclos. Na seção que se segue, tentar-se-á elaborar sugestões para que este potencial possa ser explorado.

8 - RECOMENDAÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DA PESQUISA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DO DEIND

Esta seção final é apresentada em duas partes. Na primeira são feitas sugestões de reformulação no âmbito das duas pesquisas já existentes, PIM-PF e PIM-DG, detalhando em alguns pontos observações feitas na seção anterior, complementando-as com modificações propostas seja no levantamento básico, seja na forma de apresentação dos dados elaborados pelo Departamento ou mesmo na utilização das informações que pode ser sugerida pelos seus técnicos em seus comentários introdutórios a cada boletim. A segunda parte contém proposições de pesquisas adicionais.

8.1 - Pesquisas já em Andamento

Produção Física

No que se refere ao levantamento básico, nenhuma mudança é proposta. Concentrando-se nos dados de produção, oferece-se a possibilidade, valiosa como existe, de construção de indicador cíclico coincidente para o setor industrial, e esta possibilidade deveria ser preservada. No que se refere a elaboração das informações, poder-se-ia certamente refinar mais a apresentação dos dados, aproveitando a potencialidade (e respeitando os limites) da pesquisa como ela é aplicada. Esta pesquisa teria sua utilidade alargada se as conexões técnicas entre os subsetores industriais fossem explicitadas de modo a se obter descrições mais acuradas das interdependências de natureza material que limitam o comportamento global do setor industrial. Para tanto, poder-se-ia utilizar mais amplamente a elaboração de índices de produção para os chamados "setores-matriz", construídos presumivelmente, exatamente pela ótica que privilegia interdependências técnicas. Ao invés da listagem pura e simples de índices de produção setorial poder-se-ia tentar uma caracterização do processo produtivo em que se pudesse, a partir das chamadas ligações "para a frente e para atrás" dos setores, posicionar a potencialidade conjuntural da performance de cada setor. Os requisitos para tal elaboração são dois: o conhecimento das relações de precedência entre os setores: o "timing" de influência entre eles. Ambos estes elementos estão ao alcance dos analistas da instituição, seja pelo exame das matrizes insumo-produto já construídas (para a identificação das precedências técnicas); seja

pelo exame das séries históricas já disponíveis (para a determinação das defasagens com que as precedências se estabelecem).

Pesquisa de Dados Gerais

Em contraste com a pesquisa de produção física, a de dados gerais parece resultar de uma concepção de uma pesquisa "omnibus", sem um centro analiticamente identificável, o que reduz sensivelmente a produtividade desta pesquisa face ao esforço que demanda. A sua eficiência poderia ser consideravelmente incrementada, pelo menos no que se refere a investigação conjuntural, através de alguns ajustes nos quesitos levantados:

- a) a variável pessoal ocupado na produção poderia ser desagregada em dois grupos: empregados permanentes e empregados temporários. A "rationale" para tal mudança foi discutida na seção anterior;
- b) os dados de rotatividade tem seu interesse datado pelos debates dos anos 70 a respeito de sua influência na determinação do comportamento dos salários. Esta tese perdeu relevância a partir dos anos 80 e não a recuperou neste início dos anos 90. Em termos de análise cíclica, ela não tem interesse específico. O espaço considerável ocupado por este tópico no levantamento poderia ser ocupado por variável consideravelmente mais importante, qual seja, a indicação de variações globais programadas na produção, como férias coletivas, licenciamentos coletivos, etc.;
- c) introdução do quesito "custo de matérias primas utilizadas no período", em consistência com a investigação dos custos salariais do setor industrial. As duas informações combinadas permitiriam acompanhamento dos custos diretos de produção, essencial para a determinação de preços;
- d) extensão do conceito de folha de pagamentos utilizado, de modo a cobrir as despesas relacionadas a força de trabalho que mesmo não consistindo em renda disponível para o trabalhador ainda assim definam custos da operação industrial. Vale lembrar que esta proposta se apoia na hipótese de que o intuito desta pesquisa é investigar as condições de operação da indústria, mais do que o bem-estar dos seus empregados, como parecem indicar alguns dos quesitos atualmente existentes.

No que se refere a apresentação das informações, a principal sugestão a ser feita é a mudança de ênfase dos indicadores "reais" para valores "monetários". Isto se explica por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, em um processo de alta inflação, em que a economia vive uma situação em que preços sobem a taxas muito diversas a cada período, os procedimentos de deflação se tornam estratégicos na interpretação dos dados. A escolha de índices apropriados e dos períodos de referência apropriados assume dramática importância para a formulação de hipóteses a respeito do comportamento de variáveis reais. Estas

escolhas não devem ser feitas pelo IBGE enquanto instituição, embora seus analistas possam se valer delas em suas próprias interpretações. O analista externo deve ser deixado livre para aplicar os procedimentos que julgar mais conveniente.

Em segundo lugar, é preciso não perder de vista que a informação levantada e divulgada pelo IBGE assume uma natureza "oficial", no sentido de que a instituição implicitamente garante não apenas a idoneidade da pesquisa como a correspondência da variável com a realidade investigada, pelo menos dentro dos limites de confiabilidade que a própria pesquisa tenha. Variáveis monetárias são observáveis, são dados da realidade diretamente apreensível e sobre elas que o IBGE lança sua autoridade. Variáveis "reais" são variáveis teóricas, interpretações sobre o sentido ou o conteúdo da observação. Nesta área, o IBGE não tem observações, mas, sim, opiniões sobre as quais não pode emitir julgamentos de autoridade. Por esta razão, variáveis "reais" devem ser reservadas para os comentários feitos por técnicos do IBGE, mas não deve se recobrir do mesmo caráter que se reconhece aos dados monetários.

8.2 - Novas Pesquisas

O espírito das proposições que se seguem, como já bastante esclarecido nas seções anteriores, é o aperfeiçoamento da capacidade do Departamento de Indústria de captar os comportamentos conjunturais da empresa industrial, focalizando variáveis de valor tático ou estratégico para a tomada de decisões da firma, enquanto uma instituição econômico-financeira.

São sugeridos cinco quesitos para investigação trimestral, a partir dos quais poderiam ser construídos indicadores que refletissem possíveis trajetórias para as empresas. Os quesitos são os seguintes:

- a) **Valor dos estoques mantidos pela firma.** O tratamento da acumulação de estoques é antiga e conhecida dificuldade no caminho do IBGE. A razão está em que estoques acumulam diferentes "gerações" de produtos, fazendo com que, em uma economia inflacionária como a brasileira, a sua valoração envolva dificuldades de escolha da medida mais adequada. Este problema, no entanto, pelo menos em parte pode ser uma falsa questão. É claro que pela ótica tradicional, de busca de descrição de funções de produção, a medida acurada do volume "real" de estoques pode se constituir em problema insolúvel sob alta inflação. Do ponto de vista da estratégia de decisão, porém, o volume "real" de estoques tem pouca importância. São os recursos financeiros imobilizados em estoques em comparação com o valor do "turn-over" de mercadorias que realmente afeta as decisões empresariais. Sob inflação elevada, não há qualquer dúvida que medidas de custo histórico não tem qualquer significado. São custos de reposição que influenciam o cálculo econômico. É o "last in, first out" o método mais racional a ser adotado na valoração de estoques quando preços aumentam persistentemente. Além disso, é a variação do valor dos estoques, mais do que seu

volume absoluto que importa, o que faz com que, novamente, qualquer método possa ser utilizado, desde que o seja consistentemente. Na verdade, poderíamos mesmo ir um pouco além e sugerir que o potencial explicativo maior da investigação de estoques, como argumentado algumas linhas acima, está na imobilização que representa face ao volume de vendas da firma. Assim, o indicador de maior interesse será menos a variação de estoques por si, mas sua relação com outra variável, a ser sugerida em seguida, que é o valor das vendas. Naturalmente, as vendas são valoradas a preços correntes, o que se constitui em mais uma razão para que estoques sejam valorados ao seu custo de reposição;

- b) **Valor das vendas.** Esta variável, cujo interesse está em seu valor a preços monetários, tem uma utilização já apontada no item acima. A comparação com estoques, porém, se bem muito importante, não esgota o potencial desta informação. Em combinação com os dados de custo da força de trabalho (cuja pesquisa pode ser aperfeiçoada, como proposto) e do custo de matérias-primas (cuja inclusão na pesquisa mensal foi sugerida acima), a informação sobre valor de vendas permite o acompanhamento do "mark up" bruto das firmas, variável cuja utilidade foi já ressaltada neste texto;
- c) **Pedidos em carteira.** Esta variável é bastante conhecida, sendo utilizada amplamente em levantamentos realizados para acompanhar os subsetores que operam sob encomenda. São dados objetivos, de ordens de produção realizadas, que podem perfeitamente ser gerados pelos informantes do IBGE;
- d) **Valor dos investimentos realizados no período em plantas e estruturas e em equipamentos.** Esta variável é importante seja para acompanhamento da demanda agregada, da qual o investimento industrial, como se reconhece na teoria macroeconômica, é elemento mais importante que seu volume poderia indicar, e para acompanhamento da ampliação de capacidade produtiva, que pode permitir ao IBGE, nos moldes do indicador produzido pelo Federal Reserve Board dos Estados Unidos, elaborar índice de grau de utilização de capacidade. Em ambas as utilizações, interessa o valor "real" dos investimentos, em contraste com as variáveis anteriores. Neste caso, ao IBGE caberia a divulgação dos dados coletados em valores correntes e a elaboração de índices a partir deles;
- e) **Informações econômico-financeiras obteníveis a partir de registros contábeis.** Neste caso enquadram-se informações processadas obrigatoriamente pelas firmas para fins fiscais (veja-se o Plano de Contas, como em Calabi e outros (1981), pp. 20/1; 24/5, preparado para cálculo de impostos federais). Dentre estas, ressalta-se o interesse de dados sobre: 1) Endividamento, em volume e perfil temporal (exigível de curto e longo prazos); 2) Liquidez (relação ativo disponível/exigível de curto prazo); 3)

Recursos próprios. Tais informações poderiam ser coletadas semestralmente. A vantagem de tê-las levantadas pelo IBGE está na possibilidade de sua combinação com os outros itens de investigação já estudados.

Quando se busca conhecer variáveis como as discutidas acima, é preciso considerar que, sob incerteza, tomadores de decisão raramente se valem de valores pontualmente definidos para formar suas expectativas. Geralmente, são intervalos de valores que definem uma situação como normal ou não. Além disso, estes intervalos não precisam ser estáveis, podendo estar sujeitos a mudanças drásticas de um período a outro. Esta dificuldade da pesquisa conjuntural é inescapável e está além das possibilidades de planejamento eficiente do trabalho. De qualquer forma, e face a este problema, poder-se-ia pensar na inclusão de um quesito adicional, que não deveria ser divulgado, servindo apenas aos analistas da própria instituição, dada sua potencial fragilidade e impermanência, nas variáveis estoques, vendas, horas extras, liquidez, nível de produção e emprego, etc., pelo qual o informante declararia se aqueles valores são vistos pela firma como "normais" ou não. Em caso de anormalidade, dada a fluidez deste conceito, nada mais seria questionado de qualquer modo, pois a intenção não é elaborar indicadores de "normalidade" mas, apenas, a possibilidade para os analistas do IBGE em entender o valor explicativo das relações propostas.

REFERÊNCIAS

- Ansoff, H. Igor, "Toward a Strategic Theory of the Firm", in H. Ansoff (ed), **Business Strategy**, Harmondsworth: Penguin, 1969.
- Baumol, William e Stewart, M., "On the Behavioral Theory of the Firm", in Marris e Wood (1971).
- Carvalho, F.J.C., "Tempo e Equilíbrio nos Principes of Economics de Marshall", **Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1990.**
- Chandler, Alfred DuPont, **Strategy and Structure**, Cambridge (Mass): MIT Press, 1962.
- Davidson, Paul, **Money and the Real World**, London: MacMillan, 2nd edition, 1978.
- Eichner, Alfred S., **The Megacorp and Oligopoly**, Armonk: M.E. Sharpe, 1980.
- Feijó, Carmem Aparecida, **Tecnologia e Concentração. Uma Contribuição ao Estudo da Estrutura Industrial Brasileira**, Dissertação de Mestrado apresentada a COPPE/UFRJ, 1980.
- Feijó, Carmem Aparecida, **Economic Growth and Inflation in Brazil in the 1970's: A Post Keynesian Interpretation**, Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade de Londres, 1991.
- Frenkel, Roberto, "Decisiones de Precio en Alta Inflacion", **Estudios CEDES**, 1979.
- Hahn, Frank H., **Equilibrium and Macroeconomics**. Cambridge (Mass), MIT Press, 1984.
- Kalecki, Michael, **Selected Essays in the Dynamics of Capitalist Economies**, Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- Keynes, John Maynard, **Collected Writings of John Maynard Keynes**, London: MacMillan. Volume na coleção apontado por numerais romanos.
- Marris, R. e Wood, A. (eds), **The Corporate Economy**, Cambridge (Mass): Harvard University Press, 1971.
- Minsky, Hyman P., **Can 'it' Happen Again?**, Armonk (NY): M.E. Sharpe, 1982.
- Moore, Geoffrey H., **Business Cycles, Inflation and Forecasting**, Cambridge (Mass): Ballinger Publishing Co. For the National Bureau of Economic Research, 1983.
- Morgenstern, Oskar, **On the Accuracy of Economic Observations**, Princeton: Princeton University Press, 1963.

- Penrose, Edith T., **The Theory of the Growth of the Firm**, Armonk: M.E. Sharpe, 1980.
- Okun, Arthur, **Prices and Quantities**, Washington (DC): The Brookings Institution, 1981.
- Schumpeter, Joseph Alois, **Business Cycles**, New York: MacGraw Hill, 1939.
- Shackle, George Lennox Sharman, **Expectation, Enterprise and Profit**, London: George Allen and Unwin, 1970.
- Shonfield, Andrew, **Modern Capitalism**, Oxford: Oxford University Press, 1969.
- Seindl, Joseph, **Maturity and Stagnation in American Capitalism**, New York: Monthly Review Press, 2nd edition, 1976.
- Sylos-Labini, Paolo, **Ensaio sobre Desenvolvimento e Preços**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- Williamson, Oliver, "Managerial Discretion, Organization Form and the Multi-division Hypothesis", em Marris e Wood (1971).

Textos para Discussão já publicados

- * *Pesquisas Contínuas da Indústria* - Vol. 1, nº 1, jan. 1988
- * *Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia* - Vol. I, nº 2, 1988
- * *Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI* - Vol. I, nº 3, março 1988
- * *O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão* - Vol. I, nº 4, abril 1988
- * *Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020* - Vol. I, nº 5, maio 1988
- * *Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação* - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- * *A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80* - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- * *Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária* - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- * *Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas* - Vol. I, número especial, outubro 1988
- * *Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios* - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- * *Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo* - nº 11, janeiro 1989
- * *De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino* - nº 12, fevereiro 1989
- * *Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados* - nº 13, fevereiro 1989
- * *Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980* - nº 14, maio 1989
- * *As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs* - nº 15, maio 1989

- * *As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - n^o 16, junho 1989*
- * *Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - n^o 17, agosto 1989*
- * *Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - n^o 18, agosto 1989*
- * *Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - n^o 19, setembro 1989*
- * *Uma análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - n^o 20, outubro 1989*
- * *Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso brasileiro - n^o 21, novembro 1989*
- * *Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - n^o 22, novembro 1989*
- * *O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - n^o 23, dezembro 1989*
- * *Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - n^o 24, dezembro 1989*
- * *Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - n^o 25, janeiro 1990*
- * *Ensaio sobre a Produção de Estatística - n^o 26, janeiro 1990*
- * *O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - n^o 27, fevereiro 1990*
- * *Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - n^o 28, fevereiro 1990*
- * *Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - n^o 29, março 1990*
- * *Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - n^o 30, abril 1990*
- * *Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - n^o 31, maio 1990*

- * *Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - n^o 32, maio 1990*
- * *A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - n^o 33, junho de 1990*
- * *Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - n^o 34, julho de 1990*
- * *A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - n^o 35, agosto de 1990*
- * *Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - n^o 36, setembro de 1990*
- * *Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - n^o 37, outubro de 1990*
- * *A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - n^o 38, novembro de 1990*
- * *Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - n^o 39, dezembro de 1990*
- * *A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - n^o 40, janeiro de 1991*
- * *A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - n^o 41, fevereiro de 1991*
- * *Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - n^o 42, março de 1991*
- * *A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - n^o 43, março de 1991*
- * *Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - n^o 44, abril de 1991*
- * *Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - n^o 45, abril de 1991*

- * *A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições* - n^o 46, maio de 1991
- * *A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais* - n^o 47, maio de 1991
- * *Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras* - n^o 48, junho de 1991
- * *Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro* - n^o 49, junho de 1991
- * *As Estatísticas e o Meio Ambiente* - n^o 50, julho de 1991
- * *Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes : 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto* - n^o 51, julho de 1991 (2 Volumes : Volume 1-Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- * *O Censo Industrial de 1985 — Balanço da Experiência* - n^o 52, agosto de 1991
- * *Análise da Inflação* - n^o 53, agosto de 1991
- * *Revisão da PNAD : A Questão Amostral : Módulo II do Anteprojeto* n^o 54, setembro de 1991
- * *A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990* n^o 55, outubro de 1991
- * *Revisão da PNAD : Apuração das Informações : Módulo III do Anteprojeto* - n^o 56, novembro de 1991
- * *Novos Usos para Pesquisa Mensal : A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária* - n^o 57, novembro de 1991
- * *Revisão da PNAD : A Disseminação das Informações* - n^o 58, dezembro de 1991
- * *Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações* - n^o 59, dezembro de 1991